

FORUM

À margem

do I Forum Euro-Latinoamericano

## Notas sobre uma viagem ao Brasil

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS\*

«O caminho certo da gente, nem para a frente nem para trás: só para cima.»

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão -Veredas*.

Há anos, Denis de Rougemont - uma presença intelectual inexplicavelmente esquecida, quando se alimentam demasiados debates falsos sobre a Europa contemporânea - observava «que as nossas diversidades (as europeias) são, de facto, tão numerosas e tão profundas e, além disso, tão ciosamente alimentadas e comentadas que se pode ver aí uma primeira definição da Europa. Nada de mais comum, na realidade, a todos os europeus do que o seu gosto de diferirem uns dos outros, de se distinguirem dos vizinhos, de cultivar cada um a sua singularidade até ao excesso de ver nisso a sua razão de ser»<sup>1</sup>. No fundo, essa diversidade é-nos conatural, o que não impede, antes reclama, a existência de elos intensos que apelam à criação comum. As diferenças constituem a raiz do pluralismo e da abertura - e baseiam a histórica resistência às tentações totalitárias. E o certo é que, ao compreendermos a força do pluralismo e da diversidade, não nos podemos contentar com visões fechadas e rígidas de espaços ou fortalezas inexpugnáveis. Económica, social, culturalmente sentimos a cada passo que os projectos europeus apenas ganham pleno sentido se forem abertos ao diálogo com o exterior.

---

\* Ao tempo, assessor da Presidência da República. Deputado.

<sup>1</sup> *Carta Aberta aos Europeus*, trad. port., s.d., p. 29.

E nós, portugueses, temos especialmente vivo esse sentimento de insatisfação pelo que é fechado ou conformista. Há séculos que somos chamados para fora - e hoje é chegado o tempo de compreendermos que a chave do nosso futuro passa pela sábia ligação entre *fixação* e *transporte*, entre o sedentarismo e a vocação nómada, entre presença europeia e aventura universal... Oliveira Martins, Basílio Teles e António Sérgio fizeram apelo aos nossos brios feridos, condenando os excessos da política do transporte e a minguada de fixação. Para Sérgio, tributário inconfessável da geração do *Portugal Contemporâneo*, eram as memórias diáfanas de José Xavier (Mouzinho da Silveira) e de António Maria (Fontes Pereira de Meio) que se digladiavam... Mas talvez não fossem... Afinal, onde estavam as condições concretas para a fixação? Europa ou Império, qual seria a escolha adequada? País de recursos escassos, chamado à ubiquidade para além das forças disponíveis, que outro caminho poderia ter seguido, diferente do sofrido transporte - tomado cada vez menos aventura e mais destino incontornável?... E assim fomos tardando em olhar a importância dos recursos próprios e as virtualidades do território europeu num contexto internacional de vantagens comparativas incertas e numa situação periférica que importava contrariar.

Hoje, regressados à pátria europeia e absorvidos os principais complexos e receios quanto ao relacionamento extra-europeu, é chegado o tempo de compreendermos a necessidade simultânea e complementar de aprofundarmos não só os nossos elos ancestrais com a Europa mas também de nos abirmos, com novo espírito, ao Atlântico. Não se trata, todavia, de resistência ou de ilusão retrospectiva, mas sim de assumir com naturalidade que a Europa será tanto mais decisiva no futuro quanto melhor se basear na diversidade das vocações dos seus membros e na sua capacidade de se relacionarem com países e espaços económicos de outras áreas geográficas. Vivemos um tempo de integrações económicas e de novas formas de cooperação política. É o momento da verificação de que o Estado-nação é demasiado pequeno e demasiado grande para responder ao que lhe é pedido. Simultaneamente, as fortalezas económicas proteccionistas perdem actualidade e pertinência. É que a internacionalização obriga a que a concorrência seja secundada, não por tentativas vãs de isolacionismo ou de autismo orgulhoso, mas sim por iniciativas eficazes no domínio da organização e da reunião de esforços e de energias.

Coexistem, assim, duas vias de acção e duas atitudes positivas - que têm de ser aprofundadas -, de um lado, a necessidade de aprofundamento das virtualidades e dos recursos próprios da nação, a começar na valorização da identidade e de tudo aquilo que pode distinguir cada qual como factor de enriquecimento; de outro lado, a indispensabilidade da procura de novas formas de relacionamento e de colaboração

internacional, numa perspectiva de abertura, de universalismo e de criação de modos eficientes e equitativos de abordagem do desenvolvimento económico e social, a partir da ideia de *abertura*. Fixação e transporte deixam, deste modo, de ser dois pólos antagónicos para passarem a ter de ser vistos em ligação estreita.

Deste modo, a força futura da Europa - qualquer que venha a ser a arquitectura a adoptar, depois das revoluções de 1989, ou o ritmo a seguir na criação da União Económica e Monetária e da União Política - dependerá dos laços estáveis que for possível estabelecer com outros espaços económicos. Laços que terão de se basear na compreensão de que a integração económica é uma necessidade contemporânea e que ela produzirá tantos mais frutos quanto mais for possível criar fluxos estáveis de intercâmbio, colaboração e informação entre os novos espaços integrados. Até porque só assim será possível dar passos mais corajosos e rápidos na defesa da concorrência internacional, na superação do proteccionismo e, *last but not least*, no lançamento de acções comuns orientadas para o desenvolvimento - que têm faltado e que podem vir a constituir nas próximas décadas, no limiar do novo milénio, o início de uma nova fase de combate solidário e sem paternalismos contra as desigualdades e as injustiças no mundo, mas também contra a degradação do meio ambiente ou da qualidade de vida.

Não basta, porém, o voluntarismo. É indispensável que sejam dados passos concretos no sentido da compreensão mútua em nome da necessidade de constituição de elos estáveis entre espaços económicos - e entre espaços de cultura. Cada vez mais a história da humanidade se fará a partir da afirmação das diversas identidades em vários espaços. É a lógica da internacionalização, da planetarização dos problemas, do inexorável aperfeiçoamento da informação e, deseja-se, da comunicação. Não será talvez a «aldeia global» de McLuhan, mesmo porque a tendência uniformizadora será contrariada e contrabalançada pelo reforço de muitas autonomias e singularidades, como reacção de defesa e instinto cultural de sobrevivência, mas será certamente o tempo das «redes de solidariedade voluntária» (governamentais e não governamentais) e da necessidade premente da afirmação do velho princípio de *subsidiaridade*.

É chegado, assim, o momento das unidades enriquecidas pela diversidade, de que tanto falou ainda Rougemont. Momento que nada terá de terminal ou de «fim da história» e que não poderá ser confundido com qualquer tipo de paz dos cemitérios. A conflitualidade terá de ser aceite como natural e apenas deverá ser contrariada pela adopção de instrumentos democráticos, pluralistas e abertos, de regulação permanente. A fecundidade do projecto europeu depende, pois e no fundo, da capacidade que houver de compreender que a

criatividade e a inovação só ganham hoje pleno significado se procurarem aproveitar a força das complementaridades contra a indiferença dos egoísmos. A cultura europeia sempre se apoucou e empobreceu quando se fechou sobre si e quando se contentou com a cristalização de conhecimentos ou com a ilusão dos dogmas. O Renascimento foi possível em virtude de uma intensa descoberta do que era exterior e do que era diferente. Nesse sentido, hoje, os Europeus tudo terão a ganhar se descobrirem de novo o que lhes é exterior - numa atitude conforme com as novas circunstâncias. A resposta adequada e oportuna não é, assim, a de um regresso conformista à casa europeia - ou a de uma mera fixação sedentária ao território originário.

A riqueza europeia apenas poderá ser aproveitada e multiplicada - a partir do capital humano, que constitui uma evidente vantagem - se houver compreensão e abertura para o que ocorre noutros espaços do planeta. E, quando se fala de outros espaços, importa não esquecer que, para além da importância das relações norte-sul ou do redesenhar do diálogo oeste-leste, há, no futuro mais ou menos próximo, a tensão Atlântico-Pacífico a ter em devida consideração. E, aí, não tenhamos dúvidas, todos teremos de estar de sobreaviso - para que a desatenção não nos reserve surpresas e para que se encontrem, a tempo, antídotos contra as desregulações e os desequilíbrios internacionais. A força da diversidade terá de estar, assim, na capacidade de encontro de soluções estáveis, baseadas na solidariedade e colaboração em pé de igualdade. Europa, Américas, África... - há várias solidariedades atlânticas por descobrir.

Vista de longe a Europa surge, para alguns, como uma entidade bizarra onde realidades e intenções não coincidem e onde o peso das questões internas poderá prevalecer sobre as tentativas sérias de abertura ao Atlântico Sul. Esta dúvida esteve longe de ser unânime mas esteve presente no Forum de S. Paulo e importa não iludi-la. Afinal, houve possibilidade de desenvolver um debate efectivo, que não se resumiu a jogos de palavras ou a trocas de cumprimentos simpáticos. A clarificação das dúvidas e das discórdias pode ter aberto o caminho à superação do primado das bonitas declarações de intenção, que invariavelmente se têm ficado no mero domínio etéreo dos elogios e dos cumprimentos, em lugar das acções concretas.

Não me irei debruçar no pormenor sobre o que foi o I Forum Euro-Latino-Americano, realizado em São Paulo por iniciativa conjunta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), apesar do

meu optimismo sobre as possibilidades concretas de intercâmbio e de diálogo que foram abertas com essa iniciativa - que agora irá ter continuidade, designadamente através da criação de fluxos de informação mútua e da complementaridade necessária entre as iniciativas governamentais e não governamentais, com especiais responsabilidades atribuídas à sociedade civil. Também não irei comentar a proposta do presidente Bush no sentido da constituição de um espaço económico no continente americano - que teve impacte significativo nos meios latino-americanos. Para muitos, a questão das escolhas em face das diferentes opções que se põem à América Latina tem de obedecer a razões de eficácia. Não basta, por isso, acenar com a criatividade europeia e com as afinidades de espírito, de afecto e sentimento - é indispensável, sim, ir ao encontro dos interesses concretos e da necessidade sentida com nitidez no Brasil de fazer da diversificação de relações um meio de alargar os espaços de manobra na política e na economia. A proposta do presidente norte-americano está sobre a mesa e teve receptividade positiva - tudo está em saber em que medida é que será realizável com consequências práticas efectivas e como será complementada por outras escolhas e outras relações diversificadoras. Também não vou correr o risco de lançar alguns palpites sobre o plano económico do presidente Collor - a propósito do qual todos reconhecem a importância dos efeitos imediatos, sobretudo quanto à inflação, apesar de ninguém arriscar prognósticos sobre a sua eficácia futura e sobre o êxito das medidas de choque. Ninguém duvida que era necessário fazer algo deste tipo - mas a economia brasileira é suficientemente caprichosa para poder dar indicações minimamente fiáveis sobre o grau de respeito a conseguir no futuro por orientações de rigor compatíveis com a modernização e o desenvolvimento económicos. Não falarei igualmente do clima de insegurança sentido nas ruas perante a onda de sequestros verificada no Rio de Janeiro nos últimos meses - autêntico preço pago pela sociedade num momento em que procura atacar o fundo das enfermidades económicas, numa altura em que aparecem como urgentes medidas sociais complementares que procuram absorver as tensões, as disparidades e as injustiças mais gritantes. «

Prefiro tecer algumas considerações sobre um novo relacionamento Portugal-Brasil que tem de ser posto em prática, neste tempo de abertura a novos e mais amplos espaços de diálogo político, económico e cultural. É altura de acabar com os lugares-comuns e com as facilidades. Importa compreender que os elos sentimentais têm de ser completados com acções concretas. Invocando o «método Monnet», baseado na ideia de que as causas se defendem com iniciativas concretas e de que o gradualismo é a forma mais eficaz de se chegar longe («caminho faz-se caminhando»), como disse António Machado), é

fundamental que as potencialidades do relacionamento luso-brasileiro sejam exploradas e desenvolvidas através de iniciativas múltiplas com objectivos comuns bem definidos. Há que mobilizar desde as instituições culturais às associações cívicas, desde as agremiações económicas e empresariais aos parceiros sociais, desde os cientistas e investigadores aos decisores políticos. Trata-se de seguir um método *prudencial*, realista e determinado, que não caia na tentação de esperar tudo dos Estados e das diplomacias - até porque estes apenas poderão desempenhar as funções que deles se esperam se forem coadjuvados pela acção coincidente das sociedades civis. É urgente, deste modo, estabelecer autênticas vias de diálogo e de melhor conhecimento mútuo - só assim será possível estabelecer autênticos *fluxos de comunicação* que, manda a verdade dizer, não existem ainda. E se insistimos no «método Monnet» é porque temos presente aquele momento da vida do activista de Cognac em que ele preferiu abandonar as funções oficiais que exercia na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço para dirigir uma comissão cívica internacional cujo objectivo era a defesa da criação dos Estados Unidos da Europa.

Para o idealista, as funções puramente oficiais limitavam o seu campo de acção e a possibilidade de agir sobre a realidade - de influenciar os acontecimentos, mobilizando as vontades preparando pedagogicamente a opinião pública. É certo que a eficácia imediata desse tipo de iniciativas não se pode aferir no curtíssimo prazo; todavia, trata-se de lançar as sementes à terra como na parábola bíblica. Aí esteve a chave do êxito do método Monnet. Apesar de todas as resistências e contratempos, a luta contra os diversos tipos de profetas da desgraça, o que esteve em causa foi a criação de um clima favorável a que as ideias se tornassem acção... «Toda a acção principia por uma palavra pensada», dizia Guimarães Rosa (como Celso Lafer gosta de citar). O resto da história conhecemo-lo razoavelmente, sobretudo num momento em que a ideia europeia necessita de um novo alento, de um novo fôlego - a fim de que se regresse à fecundidade do projecto de *comunidade* (a designação não é indiferente), ponto de encontro e de partilha entre pessoas, grupos, sociedades, regiões, nações, povos...

Quando falamos nas relações entre Portugal e o Brasil ou mais genericamente entre a Europa e a América Latina, temos de ter presentes, como se disse, as ideias de diversidade, complementaridade e abertura. No caso luso-brasileiro, esses três pontos de honra não podem ficar, porém, no mero domínio das formulações de princípio ou nos afectos momentâneos e passageiros - há que saber ir mais além e que criar linhas efectivas de comunicação, de solidariedade, de troca de experiências, de intercâmbio de ideias, de discussão de interesses, de aprofundamento do que é susceptível de nos unir e daquilo que

nos separa. É essencial pôr um ponto final ao culto dos equívocos. E no caso português só tem sentido falar de vocação euro-atlântica se começarmos por tentar perceber o Brasil, o seu presente e o seu futuro, tal como é e não como gostaríamos que fosse. E vice-versa...

Falar hoje das relações Portugal-Brasil não pode, pois, ficar-se pela repetição de alguns grandes princípios ou pela invocação de meros sentimentalismos. Há que evitar a todo o custo, relativamente ao espaço cultural luso-brasileiro (e por extensão ao espaço da língua portuguesa ou da lusofonia), qualquer tipo de patriotismo retrospectivo - uma vez que a autêntica riqueza desta «comunidade» em permanente construção só poderá estar na *acção* que formos capazes de pôr em prática. E se se tem de falar de *acção*, a verdade é que da língua à economia, passando pelas Universidades e pelos contactos empresariais e associativos, há que recorrer ao método das coisas feitas, à via gradual de uma comunicação que se possa traduzir em melhor conhecimento mútuo e em criatividade comum.

Julgo que o I Forum Euro-Latino-Americano, ao congregar políticos, universitários, empresários, jornalistas, pode ter constituído um passo importante para que as tendências integracionistas que se vão sentindo na América do Sul (a partir sobretudo do triângulo Brasil-Argentina-Uruguai) se afirmem em ligação mais estreita com a Europa - e, mais concretamente, com os países da Europa que mais persistentemente têm chamado a atenção dos seus parceiros, às vezes demasiado distraídos, para esse tema, para a necessidade de uma abertura atlântica diversificada e enriquecedora. É evidente, porém, que uma tal abertura não deve esquecer a força de atracção dos Estados Unidos nem a expressão crescente da multipolaridade planetária.

Os novos elos entre pólos diversificados serão assim cada vez mais biunívocos - envolvendo mais intercâmbios mutuamente enriquecedores e cada vez menos a inexorabilidade da exploração ou dos domínios neo-imperiais... Isso é especialmente nítido no caso da América Latina - desde que não se caia na tentação de tratar os diversos países da mesma região como se fossem confundíveis uns com os outros ou como se os fenómenos concretos de integração política e económica correspondessem a processos globais e instantâneos. O gradualismo europeu constitui um ensinamento que não pode deixar de ser seguido noutras experiências - do mesmo modo que importa afastar todas as tentações paternalistas de países de fora da região que se queiram arvorar em «casamenteiros»... Como afirmou Celso Lafer: «Na multipolaridade dos anos 90, que perdeu o centro estruturador anteriormente dado pelas relações leste-oeste, actuarão ainda

mais forças centrípeta e centrífugas. Estas poderão ensejar uma certa sublevação dos particularismos e isto na medida em que ocorrer dificultará a tessitura de uma ordem internacional não necessariamente violenta da composição de conflitos e interesses. Estes riscos de uma maior anarquia na vida internacional têm como contrapeso as realidades de um mundo interdependente, que faz repercutir nos países e regiões o que acontece nos demais.

Esta repercussão representa um força centrípeta a contra-arrestar as centrífugas e dará margem de consolidação, na agenda internacional, em meio à especificidade dos interesses, a *temas globais* como a questão da democracia, a dos direitos humanos, a da eficiência competitiva, a dos desequilíbrios comerciais e financeiros, a dos movimentos migratórios e de refugiados, a das drogas, a do desarmamento e a do meio ambiente.»<sup>2</sup>

Importa, pois, que os fenómenos de integração e de intercâmbio tenham antes do mais em consideração as especificidades das diversas regiões e pólos de interesse. Daí a importância de se salvaguardar a diversidade e as distâncias, a autonomia e a conflitualidade - para que as acções comuns não se baseiem em equívocos ou visões idílicas, única forma de serem duradouras e de conduzirem à complementaridade indispensável entre equidade e eficácia. Como afirmou o professor Miguel Reale: «nós seremos obrigados a superar um pouco certa vaidade que está inerente ao princípio de autodeterminação (nós na Europa falaríamos da necessidade de partilharmos a soberania com outros parceiros europeus, sem esquecer o princípio angular de subsidiaridade), mostrando que seremos obrigados - como os demais países o serão - a chegar a um acordo que transcenderá uma decisão puramente unilateral dos problemas no que se refere aos valores de carácter planetário.»<sup>3</sup> Depois das fases do Direito Internacional baseadas na coexistência das nações e da cooperação internacional - é chegada a fase da integração, que será feita de coexistência entre movimentos centrífugos e centrípetos, que tenderão inexoravelmente a congregar esforços e a consolidar espaços de criatividade e de troca de bens e de experiências, de saberes e de valores. Só nesse sentido se terá de falar na necessidade de mais acção comum, de mais diálogo fecundo, de mais e melhor consciência do que nos une e do que nos divide. É o eterno recomeço da história que está em causa. Importa, afinal, que a coragem entre para o nosso convívio! - como o infinito no poema inesquecível de Alexandre O'Neil.

Lisboa, S. Paulo, Rio de Janeiro - Julho de 1990.

---

<sup>2</sup> Revista da Indústria, FIESP, n.º 26, 2.º Trim. 1990, p.40

<sup>3</sup> Idem, p. 44



# José Guilherme Merquior

## - um «liberal neo-iluminista»

Para quem o conhecia, José Guilherme era uma personalidade irradiante de espírito e de inteligência. Conheci-o em Lisboa, por ocasião de uma conferência que fez no Grémio Literário - era um comunicador natural, pondo esse dom ao serviço de uma erudição extraordinária, que o levou a ser o mais brilhante dos intelectuais brasileiros da sua geração. Os contactos mais estreitos que tive com Merquior foram em Paris, era já embaixador do seu país na UNESCO. Então encontrei um profundo e atento conhecedor da cultura portuguesa - integrando-a nos grandes movimentos de criação da Europa. Num ameno almoço parisiense, ouvi longamente o que José Guilherme pensava dos nossos intelectuais do século passado. Era Outubro e o meu interlocutor, além de conhecer com um rigor surpreendente o século XIX português, projectava, a cada passo, a sombra das nossas figuras marcantes para além das fronteiras deste nosso jardim à beira-mar plantado - ele, intelectual universalista, incapaz de se ater à dimensão estreita dos espaços fechados. Ouvir José Guilherme Merquior era sempre descobrir uma outra face das coisas, mesmo as mais simples. Para ele, compreender era ir além da ilusão das aparências, era interrogar incessantemente - e era dialogar...

José Augusto Seabra já se debruçou sobre as facetas de crítico literário e de cultor de uma abordagem filosófica da literatura<sup>1</sup> - realçando o pôr em causa do «paradigma forma lista» - «que o estruturalismo seria a manifestação extreme». Invocando o seu mestre Roland Barthes, Seabra demarca-se da posição de Merquior, reconhecendo, porém, a permanente preocupação do ensaísta brasileiro de não se ficar, de um modo conformista, nas posições cómodas ou definitivas. Era sempre capaz de se colocar no lugar do seu interlocutor ou do seu antagonista - partindo dessa capacidade para aperfeiçoar raciocínios próprios, e para completar perspectivas críticas.

José Guilherme Merquior foi também um ensaísta político de garra - preocupado com os fundamentos filosóficos da acção política. Sempre detestou viver fechado numa redoma de intelectual distante. Para si, a filosofia política era um caminho para a compreensão - a partir da preocupação centrada no empenhamento incessante nas tarefas de aperfeiçoamento da sociedade e dos homens. «Liberal neo-iluminista», assim gostava de se

---

<sup>1</sup> Jornal de Letras, 15 de Janeiro de 1991

designar, mas a sua atitude nada tinha de espontaneísta ou de cedência aos modismos liberal-conservadores.

Quando se afirmava liberal, José Guilherme estava sobretudo a pensar numa tradição política baseada nos direitos e liberdades fundamentais e na necessidade de construir uma sociedade aberta, sem tentações de pôr em prática modelos pré-fabricados. Preocupava-o a singularidade e a protecção individual contra os excessos uniformizadores da sociedade. Por isso, defendeu o *homo economicus* não como categoria absolutizável, mas como sujeito que exerce as suas escolhas, compatibilizando interesses e usando a razão. «Se a sociedade moderna é uma presa dos totalitarismos, é porque o totalitarismo é apenas uma resposta brutal a um mal-estar da civilização: é a tentativa contraditória de ressubordinar o indivíduo ao todo social, quando a sociedade que o sofre é precisamente aquela que obriga o homem a pensar-se como indivíduo isolado. O totalitarismo reflecte a dilaceração íntima da sociedade individualista. O que ele desvela é uma secreta nostalgia da comunidade e da hierarquia.»<sup>2</sup> O que preocupava, no fundo, José Guilherme Merquior? Encontrar no pensamento e na compreensão do fenómeno político bases suficientemente sólidas para atacarem o totalitarismo nos seus fundamentos. Trata-se de procurar os meios adequados para a protecção da esfera individual das pessoas, de forma a que se criem instâncias irreduzíveis capazes de contrariar a tentação totalitária.

«O cerne do argumento liberal», diz Merquior, «é a velha lição de Montesquieu: não basta decidir sobre a base social do poder - é igualmente importante determinar a forma de governo e garantir que o poder, mesmo legítimo em sua origem social, não se torne ilegítimo pelo eventual arbítrio do seu uso.»<sup>3</sup> A atitude liberal pressupõe, pois, desconfiança e exigência. Aperfeiçoar a sociedade é uma tarefa sempre renovada e nunca acabada. A legitimidade política conquista-se permanentemente pelo respeito mútuo, pela salvaguarda dos espaços de autonomia e de complementaridade e pelo combate quotidiano dos erros e abusos do poder. Não há modelos políticos perfeitos - deve haver, sim, a permanente procura de superar incapacidades e de ultrapassar as imperfeições detectadas. Daí a importância da limitação do poder: «o mundo liberal é uma ordem *nomocrática* - uma sociedade colocada sob o império da lei, onde todo o poder possa ser experimentado como autoridade e não como violência.»<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> O Argumento Liberal, Rio de Janeiro, 1983, p. 205

<sup>3</sup> Idem, p. 87

<sup>4</sup> Ibidem

Tal demarcação dos modelos supostamente perfeitos de Estado e sociedade leva Merquior a reconhecer a vitória póstuma de Aristóteles sobre Platão, no ponto em que o Estagirita criticava o autor de *Phédon* por este advogar um governo de sábios - já que a distribuição de sabedoria pelos homens oferece riscos e incertezas que o império da lei não comporta. Dir-se-á, porém, que falta uma ideia forte e mobilizadora ao «argumento liberal» ou que estamos na zona dos males menores, o da democracia como «pior regime, à exceção de todos os outros». Importa, porém, deixar bem claro que só as garantias antitotalitárias podem permitir que as pessoas e os cidadãos procurem livremente os sentidos múltiplos da vida, sem as imposições abusivas dos poderes políticos, erigidos à categoria de polícias das consciências.

Não basta, contudo, invocar o primado da lei - esquecendo que as sociedades complexas contemporâneas comportam no seu seio interesses divergentes e uma conflitualidade a regular. Daí que José Guilherme Merquior assuma com clareza uma postura social-liberal, realçando as virtudes do modelo social-democrata e destacando a frase célebre de Karl Schiller: «O Estado tanto quanto necessário, o mercado tanto quanto possível.» Só essa via permite ir do conflito ao compromisso, sem a tentação de menosprezar ou suprimir o primeiro. «Moral: a ética do compromisso social-democrata passa pela aceitação da racionalidade económica. O sistema da social-democracia casa a filtragem das reivindicações sindicais pelo partido com a associação dos sindicatos ao cálculo económico»<sup>5</sup>. A visão liberal não pode, hoje, deixar de considerar as implicações sociais e económicas - bem como a questão da representação de interesses, em acelerada mudança.

José Guilherme Merquior, nos seus ensaios, dá-nos inúmeras pistas para a compreensão da sociedade e do fenómeno político. Que melhor homenagem à sua memória senão reflectir sobre as suas ideias? É preciso lê-lo.

**Guilherme d'Oliveira Martins**

---

<sup>5</sup> Idem, p. 153.